

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 06/2022

PROCESSO Nº. 23066.006817/2022-46

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**, instituição de ensino superior, autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ sob o nº 15.180.714/0001-04, com sede na Rua Augusto Viana, s/n, Palácio da Reitoria, bairro Canela, município de Salvador/BA, CEP 40.110-909, neste ato representada por Elieide Santos Orrico – Coordenadora da Coordenação de Material e Patrimônio da UFBA, nomeada em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 56, de 17/03/2015, portador(a) da matrícula funcional nº 1574037, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 06/2022**, homologada em **22/12/2023** e publicada no **D.O.U. de 27/12/2023**, processo administrativo n.º 23066.006817/2022-46, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais de manutenção elétrica, para atender as necessidades de manutenção da Universidade Federal da Bahia, conforme quantidades, condições e especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos do edital de **Pregão nº 06/2022**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

PRACIMAX CASA E CONSTRUÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 46.497.089/0001-44, com sede na AV PORTO SEGURO 208 – JARDIM CARAPINA, CEP 29.161-700, no Município de SERRA/ES, neste ato representada pelo Sr. MAXBEU FERREIRA BRAGA.					
Item	Especificação	Unidade	Quant	Marca	Valor Un
1	Abraçadeira, material náilon, tipo com ranhuras, comprimento total 200 mm, largura 2,50 mm, aplicação fixação de cabos elétricos. Pacote com 100 unidades. Catmat 340501	Pacote	1000	FERTAK	R\$4,52
7	Adaptador condutele, material pvc - cloreto de polivinila, cor cinza, bitola 3/4, características adicionais sistema travamento dos acessórios e proteção cabos, normas técnicas nbr15465. Catmat 433419	Unidade	2000	VICAP	R\$0,80
8	Adaptador condutele, pvc - cloreto de polivinila, transição, cinza, 1 pol	Unidade	3000	VICAP	R\$0,90
27	Cabo elétrico flexível, material: cobre eletrolítico, revestimento: pvc - cloreto de polivinila, temperatura: 70 °c, tensão isolamento: 750 v, cor: azul, seção nominal condutor: 4 mm², bitola condutor: 4 mm², quantidade fios: 1 ADENDO: CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, 450/750V, NÃO PROPAGA CHAMAS, É LIVRE DE HALOGENÍOS E APRESENTA BAIXA EMISSÃO DE FUMAÇA E GASES TÓXICOS, AZUL, 4 MM², COBRE, LSHF/A - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIOLEFÍNICO NÃO HALOGENADO, CALASSE 5, NBR 13248.	Metro	3004	LAMESA	R\$2,44
28	Cabo elétrico flexível, material: cobre eletrolítico, revestimento: pvc - cloreto de polivinila, temperatura: 70 °c, tensão isolamento: 750 v, cor: azul, seção	Metro	2004	LAMESA	R\$3,65



SERVIÇO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

	nominal condutor: 6 mm2, bitola condutor: 6 mm2, quantidade fios: 1 ADENDO:CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL,450/750V, NÃO PROPAGA CHAMAS, É LIVRE DE HALOGÊNIOS E APRESENTA BAIXA EMISSÃO DE FUMAÇA E GASES TÓXICOS., AZUL, 6MM2, COBRE, LSHF/A - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIOLEFÍNICO NÃO HALOGENADO,CLASSE 5 , NBR 13248.				
30	Cabo elétrico flexível, tensão isolamento: 450,750 v, normas técnicas: nbr13248, cor da cobertura: preta, seção nominal: 4 mm2, material do condutor: cobre, material isolamento: pvc - cloreto de polivinila, classe encordoamento: 5 ADENDO:Cabo elétrico flexível, 450/750v, não propaga chamas, é livre de halogênios e apresenta baixa emissão de fumaça e gases tóxicos., preta, 4 mm2, cobre, lshf/a - composto termoplástico poliolefinico não halogenado, calasse 5, nbr 13248.	Metro	5000	LAMESA	R\$2,44
36	Cabinho elétrico flexível, material: cobre, revestimento: pvc - cloreto de polivinila, temperatura trabalho: 70 °c, tensão: 750 v, cor: verde, seção nominal condutor: 2,5 mm2 ADENDO:Cabo elétrico flexível, 450/750v, não propaga chamas, é livre de halogênios e apresenta baixa emissão de fumaça e gases tóxicos., verde, 2.5 mm2, cobre, lshf/a - composto termoplástico poliolefinico não halogenado,classe 5, nbr 13248.	Metro	5000	LAMESA	R\$1,48
38	Cabinho elétrico flexível, material: cobre, revestimento: pvc - cloreto de polivinila, temperatura trabalho: 70 °c, tensão: 750 v, cor: verde, seção nominal condutor: 6 mm2 ADENDO:Cabo elétrico flexível,450/750v, não propaga chamas, é livre de halogênios e apresenta baixa emissão de fumaça e gases tóxicos., verde, 6mm2, cobre, lshf/a - composto termoplástico poliolefinico não halogenado,classe 5 , nbr 13248.	Metro	2000	LAMESA	R\$3,65
155	Soquete lâmpada, material: plástico, características adicionais: tipo bocal, tipo lâmpada: incandescente, tipo base: e-27.	Unidade	300	PERLEX	R\$1,89

Nota Explicativa: Nos termos do Parecer nº 00001/2016/CPLCA/CGU/AGU não cabe reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico em relação à Ata de Registro de Preços, uma vez que esses institutos estão relacionados à contratação (contrato administrativo em sentido amplo).

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.1.1 A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

- 3.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 3.3 Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).
- 3.4 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 3.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 3.5.1 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4 VALIDADE DA ATA

- 4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a) da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5 REVISÃO E CANCELAMENTO

- 5.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 5.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 5.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 5.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 5.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 5.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 5.5.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 5.5.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 5.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- 5.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 5.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 5.7.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 5.7.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- 5.9.1 por razão de interesse público; ou
- 5.9.2 a pedido do fornecedor.

6 DAS PENALIDADES

6.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

- 6.1.1 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

6.2 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7 CONDIÇÕES GERAIS

7.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

7.3 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

7.4 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em xxx (xxxx) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Município de **Salvador**, **22** de **dezembro** de **2023**.

Elieide Santos Orrico – COORDENADORA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO/UFBA

Maxbeu Ferreira Braga - PRACIMAX CASA E CONSTRUÇÃO LTDA ME